

As novas regras da língua portuguesa

O Novo Acordo Ortográfico entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro deste ano. Elaborado em 1990 para unificar a ortografia em todos os países de língua portuguesa, suas regras só valerão definitivamente para os brasileiros no início de 2013. Durante esses quatro anos, valem a antiga e a nova grafia. Saiba o que muda no português e como foi o processo que culminou no tratado internacional.

O que mudou

Alfabeto

• Passa a ter 26 letras, em vez de 23. Foram incluídas as letras *k*, *w* e *y*, usadas principalmente em siglas e palavras originárias de outras línguas.

Exemplos: Franklyn, Darwin, darwinismo, Kuwait, kuwaitiano, km (para quilômetro), kg (para quilograma) etc.

Trema

• Foi abolido de todas as palavras da língua portuguesa. O sinal servia para destacar a pronúncia do *u* nas combinações *que*, *qui*, *gue* e *gui*.

Exemplos: aguentar, ambiguidade, bilingue, cinquenta, consequência, enxágue, equestre, frequência, linguíça, tranquilo etc. O trema ainda é mantido em nomes próprios estrangeiros e suas derivações, como em Bündchen, Müller e mülleriano.

Acento diferencial

Para diferenciar duas palavras de significado diferente, mas escritas da mesma forma.

• Deixa de existir nos seguintes casos: *para* (verbo), que se diferenciava da preposição *para*; *pelo* (substantivo), que se diferenciava da preposição *pelo*; *pera* (substantivo), que se diferenciava da preposição *pera*.

Exceções: *pôde* (verbo poder no passado) conserva o acento para se distinguir de *pode* (verbo poder no presente); *pôr* (verbo) conserva o acento para se distinguir de *por* (preposição).

• Uso facultativo nos seguintes casos: *demos* (do verbo no subjuntivo: que nós dêmos) para se diferenciar de *demos* (do passado nós demos); *fôrma* (substantivo) para se diferenciar de *forma* (verbo).

Ditongo aberto

• O acento agudo foi eliminado nos ditongos abertos das palavras paroxítonas.

Exemplos: alcaloide, assembleia, epopeia, ideia, jiboia, paranoia.

Continuam acentuadas as palavras oxítonas terminadas em *éi*, *éu* e *ói*: chapéu, herói, corrói, céu, véu, lençóis, anéis, Ilhéus.

Hiato

• Foram eliminados os acentos circunflexos nos hiatos *oo* e *ee*.

Exemplos: enjoo, perdooo, magoo, voo, abençoo; cream, deem, leem, releem, veem, prevêem.

Observação: O acento circunflexo continua valendo para sinalizar o plural dos verbos *ter* e *vir* e seus derivados: eles têm, eles vêm, eles retêm.

U tônico

• A letra *u* não será mais acentuada nas sílabas *que*, *qui*, *gue*, *gui* dos verbos arguir, redarguir, apaziguar, averiguar, obliquar.

Exemplos: apazigue (em vez de apazigúe), argui (em vez de ele argúí), averigue, oblique.

Pode-se também acentuar desta forma esses verbos: ele apazígúe, averígúe, oblígúe.

• Também perdem o acento as palavras paroxítonas com *i* ou *u* tônicos precedidos por ditongos, como feiura e baiuca. Essa regra não vale quando se trata de palavras oxítonas.

Assim, continua correto Piauí, teiúis, tuiuíú.

Emprego do e/i

• Escreve-se com *i*, e não com *e*, antes da sílaba tônica, adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos *-iano* e *-iense*.

Exemplos: acriano (do Acre), camoniano (referente a Camões), torriense (de Torres), açoriano (dos Açores), rosiano (relativo a Guimarães Rosa).

Hífen

• O sinal não será mais usado quando a primeira palavra terminar com vogal e a segunda começar com *r* ou *s*.

Exemplos: antirrugas (em vez de anti-rugas), autorretrato (em vez de auto-retrato), ultrassom (em vez de ultra-som).

• O hífen também não deve ser grafado quando a primeira palavra terminar com vogal diferente da que começar a segunda.

Exemplos: autoestrada (em vez de auto-estrada) e infraestrutura (em vez de infra-estrutura).

• O sinal deve ser usado, porém, quando a primeira palavra terminar com vogal ou consoante igual à letra que começar a segunda. Exemplos: micro-ônibus (em vez de microônibus) e micro-ondas (em vez de microondas).

Primeiro acordo é de 1931

A primeira reforma ortográfica da língua portuguesa data de 1911 e foi realizada somente em Portugal, sem qualquer acordo com o Brasil, deixando a ortografia completamente diferente nesses dois países. Com o esforço da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras para estabelecer uma grafia comum para as duas nações, surgiu um primeiro acordo em 1931, que entrou em vigor em 1940 em Portugal e em 1943 no Brasil.

Os vocabulários publicados nos dois países continuavam a conter algumas divergências e, em 1945, um novo encontro deu origem ao Acordo Ortográfico de 1945, que se tornou lei em Portugal, mas no Brasil não foi ratificado pelo Congresso Nacional. Outro acordo entre as duas nações, que entrou em vigor em 1971 no Brasil e em 1973 em Portugal, aproximou um pouco mais a ortografia dos dois países, suprimindo os acentos gráficos responsáveis por 70% das divergências entre as duas ortografias oficiais. Em 1986, uma nova tentativa de acordo fracassou devido à reação em Portugal e no Brasil, principalmente a respeito da supressão da acentuação gráfica nas palavras proparoxítonas.

Para os defensores da unificação da ortografia da língua portuguesa, a persistência de duas ortografias oficiais – a luso-africana e a brasileira – impede a unidade intercontinental do português e diminui o seu prestígio mundial. Atendendo às críticas feitas à proposta de acordo de 1986, foi elaborado, em 1988, um anteprojeto de bases da ortografia unificada da língua portuguesa, que levou ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Naquele ano, reuniram-se na Academia das Ciências de Lisboa sete dos oito países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor Leste – para elaboração do acordo ortográfico. O documento previa sua entrada em vigor em 1º de janeiro de 1994, com a ratificação de todos os membros. Mas somente Portugal, Brasil e Cabo Verde assinaram o acordo.

Em 1998, foi assinado um protocolo modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que retirou do texto original a data para a sua entrada em vigor, embora continuasse a ser necessária a ratificação de todos os signatários. Novamente, apenas os parlamentos de Brasil, Portugal e Cabo Verde aprovaram o protocolo.

Em julho de 2004, os chefes de Estado e de governo da CPLP aprovaram um segundo protocolo modificativo do acordo ortográfico, que, além de permitir a adesão de Timor Leste, previa a entrada em vigor das mudanças na ortografia a partir da assinatura de três países membros da comunidade.

O Brasil ratificou o segundo protocolo de mudanças em outubro de 2004. Em 2005, foi a vez de Cabo Verde e, em 2006, São Tomé e Príncipe ratificou o acordo e os dois protocolos modificativos. Portugal somente ratificou o segundo protocolo em 2008. Na Declaração sobre a Língua Portuguesa da CPLP de julho de 2008 é destacada “a futura entrada em vigor do acordo ortográfico, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de mecanismos de cooperação, com vista a partilhar metodologias para a sua aplicação prática”.



E as alterações além-mar?

Em Portugal, o Novo Acordo Ortográfico valerá a partir de 1º de janeiro de 2010. E as regras mudarão definitivamente em 2014. Com o acordo, as diferenças ortográficas entre o português do Brasil e o de Portugal serão resolvidas em 98%. A unificação da ortografia acarretará alterações em 1,6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5% no Brasil.

A quinta edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* está sendo elaborada pela Academia Brasileira de Letras e deve ser divulgada em março. A publicação, que registra a forma oficial de escrever as palavras no Brasil, deverá conter cerca de 370 mil verbetes. Nos livros escolares, a incorporação das mudanças será obrigatória a partir de 2010.

Saiba mais

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi promulgado sob a forma do **Decreto 6.583/08** e seu conteúdo está disponível para consulta no link www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm.